

ARTIGO

Recebido em 09 de fevereiro de 2022
Aprovado em 11 de julho de 2022

Linguística Histórica, Pragmática Histórica e Ensino: reflexões sobre os paradigmas *vós* e *vocês* como formas de tratamento em português europeu¹

Historical linguistics, Historical Pragmatics and Education: remarks on *vós*
and *vocês* paradigms as Forms of Address in European Portuguese

DOI: <https://doi.org/10.24206/lh.v8i2.50071>

Marcela Faria

Mestre em Linguística pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto; membro do
Centro de Linguística da Universidade do Porto.

E-mail: marcelafsfaria@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0506-7007>

¹Apresentamos, desde já, um sincero agradecimento aos revisores anônimos deste artigo pelas sugestões deixadas.

RESUMO

O uso de *vós*, em PE, tem vindo a ser substituído pelo uso de *vocês*. Contudo, esta mudança na língua não é total nem está concluída, já que alguns falantes, em situações mais ou menos específicas, continuam a produzir elementos do paradigma da segunda pessoa do plural ou a optar por construções omissivas ou nominais. Neste contexto, apresentamos algumas considerações sobre os conceitos de Linguística Histórica e Pragmática Histórica, com o intuito de os relacionarmos posteriormente com a discussão em redor da necessidade de uma inclusão mais forte das formas de tratamento no Ensino. Para problematização dessas considerações, procuramos ocorrências da temática referida num *corpus* constituído por discursos de tomada de posse e refletimos sobre observações de falantes recolhidas através de inquérito.

Palavras-chave: Formas de tratamento. Variação. Linguística histórica. Pragmática histórica. Ensino.

ABSTRACT

The production of *vós* in EP is being replaced by the production of *vocês*. However, this is not a complete and unproblematic change since some speakers choose fifth paradigm elements and nominal and verbal constructions in specific situations. With this in mind, we present some considerations about the concepts of Historical Linguistics and Historical Pragmatics to relate them to the discussion of a more profound study of Forms of Address in Education. For this discussion, we have gathered the portuguese presidential taking of office discourses, and we have also looked at the answers given in a survey delivered to Portuguese native speakers.

Keywords: Forms of Address. Variation. Historical Linguistics. Historical Pragmatics. Education.

Introdução

Fazendo a análise do uso de elementos do paradigma de segunda pessoa do plural num *corpus* constituído por discursos de tomada de posse de Presidentes da República Portuguesa e registando as observações de alguns falantes nativos de PE sobre esse mesmo sistema no que concerne a questões de formalidade, pretendemos problematizar algumas reflexões sobre a ligação entre os conceitos de Linguística Histórica (mais concretamente no que toca à História da Língua), Pragmática Histórica e Ensino. Pelos limites temporais para a elaboração do estudo, optamos por selecionar apenas um género de texto, embora tenhamos perfeita consciência de que essa delimitação incapacita uma leitura mais sustentada na definição da diacronia relativa ao surgimento e ulterior entrada na norma. Não obstante, entendemos que podem ser apresentadas observações pertinentes, tanto no que toca à revisitação histórica como no que diz respeito à investigação feita nos textos selecionados e à análise dos dados recolhidos.

Se partirmos do Curso de Linguística Geral de Saussure², partimos da famosa divisão entre *langue* e *parole* que aí se exprime (cf. SAUSSURE, 1916, p. 15-28)³. Nessa linha, recuperamos a, mais ou menos consensual, divisão entre Linguística do Sistema e Linguística do Uso; porém, em linha com o que vários autores notaram⁴, assumimos, desde já, que partilhamos das posições não extremadas no que toca à definição destes conceitos. Como muitos outros autores, entendemos que são conceitos interdependentes, sendo pouco frutífero tentar separá-los drasticamente. Com certeza que teremos disciplinas que se arrumam mais imediatamente no âmbito da teoria “pura” e disciplinas que expressam mais prontamente as suas relações com áreas menos estritamente linguísticas, todavia parece-nos ser de sublinhar a ideia de que essa divisão inicial⁵ não se mostrou eficaz na resolução de problemas de análise como os que neste estudo retratamos — ou até, se quisermos recuar a uma observação amplamente referida, como o problema dos deícticos, notado, por exemplo, por Benveniste (1966) — e que a divisão feita inicialmente foi apenas o primeiro passo.

Recuamos, nesta introdução, à *langue/parole* por entendermos que o que se passa em relação à ligação que neste estudo pretendemos estabelecer é, numa observação metafórica e um pouco hiperbólica (oxímoro propositado), semelhante; na medida em que também na ligação entre Linguística Histórica, Pragmática Histórica e o Ensino se estabelecem pontes entre variáveis mais teóricas e mais práticas. A história de uma língua e demais análises linguísticas de fases da língua anteriores, apesar de documentadamente provadas, são um passado algo abstrato para os falantes atuais, tal como as teorias sintáticas são sempre mais profundas e abstratas do que as produções efetivas que são alvo de análise sociolinguística ou pragmática. Tentando clarificar: há que perceber que linhas podem unir estes três conceitos, o que efetivamente pode ser retirado de cada um deles que possa ser conjugado na procura de respostas para problemas concretos.

² Se fôssemos mais atrás, retomariamos não só a revisão feita em História da Linguagem de Kristeva (1969), como, desde logo, o primeiro capítulo de Saussure (1916). (Não esquecendo aqui que o Curso de Linguística Geral resultou de uma compilação de apontamentos feitos por alunos de Saussure e não de registos do próprio.).

³ Sobre língua vs fala ver também, entre outros, Hopper e Traugott (1993).

⁴ Fonseca (2001, p. 17) fala em “afã cirúrgico”: “No afã cirúrgico de libertar a linguagem de tudo o que constituía obstáculo a uma abordagem científica acabou por lhe infligir graves amputações que desfiguraram a sua anatomia humana”. Embora Saussure tenha feito a divisão, destacou a importância da fala, como cita Coseriu (1986) “de acuerdo con una tesis del próprio Saussure, «nada existe en la lengua que no haya existido antes en el habla».” (COSERIU, 1986, p. 30).

⁵ Inicial e necessária, pois funcionou como forma de organização de um centro, cientificamente delimitado, de onde se pôde depois partir, solidamente, para investigações mais abrangentes.

Importa, então, apresentarmos, sucintamente, algumas considerações sobre os conceitos aqui sob escopo com o intuito de enquadrarmos a pesquisa.

1. Enquadramento teórico

Dentro do conceito de Linguística Histórica⁶ encontraremos diversas subáreas de estudo, entre as quais podem ser referidas, a título de exemplo, a Sintaxe Histórica (o estudo diacrônico de construções sintáticas numa língua, ou seja, por exemplo o mapeamento cronológico das construções clivadas nessa língua, ou o estudo de uma sincronia no passado, isto é, o estudo — tomando o mesmo exemplo — das construções clivadas num determinado período temporal) e a Semântica Histórica (exatamente nos moldes que mencionamos quanto à Sintaxe Histórica, mas, neste caso, associados ao estudo semântico dos elementos linguísticos). Ora, podemos dizer, de uma forma muito sintética, que a Linguística Histórica se expressa na análise linguística de objetos de um dado passado (delimitado consoante a perspectiva mais ou menos alargada de que pretendamos olhar). Se esse passado for tomado como a própria variável, apresenta-se a História da Língua, que se expressa, então, no estudo da história de um sistema linguístico, no, digamos, levantamento da evolução que vem ocorrendo, desde o momento em que se entendeu que ele se tornou autónomo relativamente a outro (o que é, já em si, uma determinação difícil e complexa, dadas as múltiplas facetas envolvidas: fonologia, sintaxe, morfologia, etc.) até ao momento atual desse sistema. Vemos, então, que, tal como refere Coseriu (1979), citado por Mattos e Silva (2008), a Linguística Histórica é constituída pela descrição e pela história da língua⁷ (MATTOS E SILVA, 2008, p. 41). Justifica-se tão simplesmente pela noção tautológica de que há sempre — ainda que não saibamos o quê — um passado para o presente; o presente de uma língua mais não é do que o passado do seu futuro. O presente, mais ou menos descrito e pensado, é sempre resultado de um encontro de variáveis. Entendemos que estas são ideias a reter.

Dado que neste trabalho pretendemos mais afuniladamente construir uma reflexão sobre a área da Linguística Histórica na qual se trata da problemática das formas de tratamento — a Pragmática Histórica —, não avançaremos na discussão dos diversos modelos e teorias que ao longo do tempo foram sendo apresentados e defendidos como mais eficazes; contudo, deixamos como nota essa revisitação do artigo que acabamos de citar: Mattos e Silva (2008)⁸.

⁶ “Considera-se como data de nascimento da linguística comparada, e conseqüentemente, da linguística histórica e geral, a publicação, em 1826, pelo alemão Franz Bopp (1791-1867) do seu memorial du système de conjugaison de la langue sanscrite, compare avec celui des langues grecque, latine, persane et germanique”. (KRISTEVA, 1969:276).

⁷ Sobre o conceito de História da Língua, consideramos importante salientar as citações de Silva Neto e Ivo Castro apontadas em Mattos e Silva (2008), que vão ao encontro das observações feitas: “A história de uma língua não é um esquema rigorosamente pré-estabelecido, não é um problema algébrico. Não se pode partir do latim e chegar diretamente aos dias de hoje, saltando por sobre vários séculos de palpitante vida... A evolução é complexa e melindrosa, relacionada com mil acidentes... uma atividade em perpétuo movimento” (SILVA NETO, 1952, p. 52 apud MATTOS E SILVA, 2008, p. 46) e “História da língua designa uma disciplina ou um modo de abordar os fenômenos evolutivos da língua, que tanto podem ser considerados parte integrante da linguística histórica, como da história propriamente dita”. (CASTRO, 1991, p. 15 apud MATTOS E SILVA, 2008, p. 49).

⁸ Nesse texto, intitulado “Teorias da mudança linguística e a sua relação com a(s) história(s) da língua(s)”, a autora faz um apanhado, de um modo bastante conciso e claro, sobre as teorias que foram sendo base do estudo cronológico das línguas, pelo que qualquer estudo adensado sobre Linguística Histórica (e História da Língua) deverá passar pela leitura da referida obra. Consideramos também relevante deixarmos em nota o registo que a autora faz sobre observações de outros autores no seguimento do comentário que a própria faz sobre a Linguística Histórica: “A mudança das línguas no tempo é o cerne da Linguística Histórica. Já que os principais testemunhos para o passado linguístico são os textos escritos — inscrições,

O aparecimento da Pragmática Histórica não aconteceu de uma forma retumbante, porque foram poucos os acadêmicos que arriscaram, digamos, integrar duas abordagens que não tomavam exatamente o mesmo tipo de dados: os estudos históricos assentam tipicamente em dados escritos enquanto os estudos pragmáticos se debruçam sobre dados orais (cf. JACOBS & JUCKER, 1995, p. 3; BARROS, 2002, p. 134). Embora houvesse alguns estudos pragmáticos nos quais se comparavam os usos linguísticos de determinadas formas de comunicação em diferentes línguas — Pragmática Contrastiva —, poucos eram os estudos com uma vertente de análise histórica dentro da mesma língua (JACOB & JUCKER, 1995, p. 3). Houve, porém, referem os mesmos autores, por parte de ambas as disciplinas, um alargamento de fronteiras das suas bases de dados a considerar, e falar-se em Pragmática Histórica começou a ser uma observação cada vez mais aceitável e menos incomum. No fundo, a passagem dos estudos contrastivos em Pragmática para o estudo histórico não é assim tão esdrúxula, na medida em que há em ambos os casos uma comparação entre diferentes fases: na contrastiva, diferentes fases, porque diferentes línguas; na histórica, diferentes fases, porque diferentes tempos (cf. JACOBS & JUCKER, 1995, p. 4). Dentro da Pragmática Histórica⁹, os autores falam em duas abordagens: a Pragmáfilologia, que descreve os aspetos contextuais dos textos históricos (incluindo o locutor, alocutário – e as relações sociais que se estabelecem entre eles, a situação de produção e receção do texto e o(s) seu(s) objetivo(s)) e a Pragmática Diacrónica, que se foca no uso comunicativo do inventário linguístico em diferentes estádios de uma mesma língua (JACOBS & JUCKER, 1995, p. 11-13).

Além desta distinção inicial, recordamos também a possibilidade de escolhermos, no âmbito da Pragmática Diacrónica, duas perspetivas: a *diachronic form-to-function mapping* e a *diachronic function-to-form mapping* (JACOBS & JUCKER, 1995, p. 13). A primeira perspetiva implica que se parta de um elemento linguístico específico, por exemplo um dado lexema, e que se analisem as diferentes funções que ele tenha vindo a assumir enquanto a segunda perspetiva implica que se parta de uma função na língua, por exemplo a expressão da função contrastiva, e que se analisem os elementos linguísticos que, ao longo de um período, foram responsáveis por essa concretização¹⁰ (cf. JACOBS & JUCKER, 1995, p.13-25).

O estudo que aqui levamos a cabo relaciona-se mais com a Pragmática Histórica Diacrónica e numa perspetiva *function-to-form mapping*, na medida em que não vamos analisar exaustivamente os locutor e alocutário e as dimensões contextuais históricas, mas, antes, focar-nos na variação da forma a escolher na função de expressão de um alocutário plural. Embora, claro, estejamos a querer investigar com a finalidade de percebermos mais sobre a interferência dos contextos (mais ou menos formais) na seleção linguística de

manuscritos, textos impressos —, são apropriadas metáforas para definir a Linguística Histórica, como a de Roger Lass, “Ouvir o inaudível!” (1997: p. 45), e a mais conhecida, de William Labov, “a arte de fazer o melhor uso dos maus dados” (1982: p. 20). Metáforas que, em parte, podem delimitar o que seja o trabalho nesse campo da Linguística. Ao longo de seu tempo histórico, as línguas mudam: há mudanças fônicas, mórficas, sintáticas e léxico-semânticas. Contudo, a história de uma língua, como a história dos homens, como disse Michel Foucault, “não é uma duração: é uma multiplicidade de tempos que se emaranham e se envolvem uns nos outros” (2000 [1972]: p. 293).” (MATTOS E SILVA, 2008, p. 41) Mattos e Silva (2008) diz ainda que a “linearidade nas línguas deve ser revista” e que os linguistas que se dedicam à Linguística Histórica não devem deixar de notar a complexidade inerente a cada tempo (cf. MATTOS E SILVA, 2008, p. 41).

⁹ Não esquecendo o que refere Barros (2002, p. 137): “(...) a Pragmática Histórica, mesmo quando predominantemente sincrónica, fornecerá sempre dados históricos para a análise diacrónica”.

¹⁰ Próximas do estudo que aqui produzimos, aparecem no texto de Jacobs e Jucker (1995) referências ao trabalho de Gloning (1993), em que o autor relaciona o uso das formas de tratamento com fatores como o nível social, pertença ao clero ou a localização mais ou menos urbana dos falantes, e também a um trabalho de Breuer (1983) sobre formas de tratamento nas obras de Shakespeare (cf. JACOBS & JUCKER, 1995, p. 22-25). Ainda no que toca a trabalhos sobre a obra do poeta inglês, há até menção à oposição *you* e *thou* (que nos é especialmente cara), feita por Finkenstaedt (1963). A análise deste autor revelou que a presença de um único pronome — *thou* — em inglês antigo pode ser explicada pela ausência de diferenças de classes e que o uso plural de *you* foi introduzido na época medieval pela necessidade de distinguir dois níveis sociais; por essa razão, *you* indica um nível social superior e *thou* um nível social inferior (JACOBS & JUCKER, 1995, p. 25).

uma ou de outra forma, estando esse objetivo já relacionado inequivocamente com a Pragmáfilologia e com as duas perspectivas referidas. De facto, como fomos vendo até aqui, no fundo, uma análise bem sólida de um determinado fenómeno que definamos como objeto de estudo terá sempre de incluir o encontro entre várias perspectivas, que os fenómenos não são milimetricamente talhados sob influência de fatores impermeáveis¹¹.

Não avançando, como dissemos acima, num rumo pragmáfilológico, se quisermos enquadrar o nosso estudo remetendo para a reflexão sobre o universo do discurso em Kerbrat-Orecchioni (1997, p. 25), diremos apenas que, no que toca à “situação de comunicação”, falamos num contexto institucional de caráter cerimonioso (estando as relações entre locutor e alocutário marcadas pela distância social inerente à eleição do primeiro pelo segundo) e que, nas “limitações estilístico-temáticas”, ou seja, as restrições de género e restrições temáticas, falamos de textos que atestam a presença de uma dimensão oral forte – na medida em que são escritos para serem proclamados. No âmbito das formas de tratamento, focamo-nos neste estudo nos paradigmas associados a um alocutário plural: os usos relacionados com *vós* e os usos relacionados com *vocês*. Dessa forma, estaremos atentos, na análise dos textos de tomada de posse, a todas as marcas indicadoras desses paradigmas, procurando problematizar as ocorrências na discussão que apresentaremos à frente. Além da consciência empírica como nativos de português (europeu), baseamos a afirmação de que está em curso uma mudança linguística em autores como Silva Dias (1916) que aponta a produção meridional de *você* em vez de *vós*; Cintra (1972), que fala já num *vós* como “pronomo perdido”; Carreira (2004), que atesta a presença única de *vós* no português medieval para a posição de segunda pessoa do plural; Duarte (2011), que acrescenta que “na 3ª pessoa do plural, «vocês» é perfeitamente aceitável quando o locutor se dirige a vários destinatários” e que “o emprego do pronome de segunda pessoa do plural, «vós» está hoje relativamente confinado quer geograficamente quer do ponto de vista dos tipos de discurso em que é aceitável, enquanto forma de o locutor se dirigir a vários interlocutores” (DUARTE, 2011, p. 88); Aguiar e Paiva (2017) na reflexão sobre a oposição *vós/vocês* na fala bracarense e também Monteiro (2018), que sobre *vós* predica “a pessoa desaparecida”.

A importância dos estudos em Pragmática Histórica — e neste caso específico sobre as formas de tratamento — parece-nos sintetizável não só na ideia de que seremos tão mais capazes de perceber os textos do passado quanto mais formos conhecedores das codificações pragmáticas usadas, como também na ideia de que seremos mais capazes de problematizar os códigos do presente pelo conhecimento da evolução dos usos pragmáticos. E aqui estabelecemos a ligação com o Ensino, com a necessidade de apresentarmos estas relações aos alunos, a necessidade de os fazermos conhecedores e pensadores da(s) realidade(s). O caso que trazemos aqui — os discursos de tomada de posse — poderá funcionar como um exemplo daquilo que se pode fazer em Linguística Histórica, e em Pragmática Histórica, com o objetivo de os fazer (re)pensar elementos linguísticos e contextos, contando o estabelecimento de relações sociais como fim último da produção linguística.

Nesta ligação que fazemos ao Ensino, evocamos os trabalhos de Fonseca (1992), e a referência, no caso à escrita, a que “[os alunos] não aprendem a escrever pela razão simples de que, na escola, não se ensina

¹¹ No caso que tratamos neste trabalho já abrimos, aliás, um pouco a porta a essa análise ao tomarmos em consideração os papéis sociais associados a locutor e alocutário, porém não aprofundamos essa análise com a situação de produção e receção nem com os atos linguísticos associados (SEARLE 1969). Concentramo-nos mais em procurar a variação em si mesma e deixar notas sobre a importância de a notarmos e sobre ela refletirmos do ponto de vista da ligação entre evolução linguística e social e da necessidade de isso chegar aos falantes mais jovens (ensino obrigatório).

a escrever” (FONSECA, 1992, p. 226) e também Fonseca et al. (2001), quando reflete sobre a ligação entre a Universidade e a Sociedade¹² e sobre a aplicabilidade das Ciências Sociais e Humanas (referindo-se mais especificamente à Linguística); de Paiva (2001), e a importância da História da Língua na concepção da “maleabilidade linguística”; de Barros (1997) e a referência à importância de o professor de Português, porque com formação linguística, ser capaz de transmitir adequadamente “os itens programáticos relacionados com a inserção da língua na história, na continuidade de uma tradição linguística e institucional” e da consequente noção de variação e mudança¹³; de Pinto (2014), nas referências que faz, por exemplo, ao efeito Mateus¹⁴ na escrita (aqui evocado pela associação às diferenças de exposição a contextos de formalidade); de Costa (2008), e a referência ao uso inadequado das formas de tratamento devido, por exemplo, ao desconhecimento da forma nula do pronome no lugar de sujeito, e de Duarte (2010), quando refere que “as formas de tratamento são, em português, um item de reconhecida dificuldade, não só no que concerne à sua tradução para outras línguas, mas também no que diz respeito ao ensino da língua, quer enquanto língua estrangeira quer enquanto língua materna” (DUARTE, 2010, p. 133) ou, ainda, quando diz que “as formas de tratamento, como as formas de delicadeza em geral, são peças fundamentais na regulação da relação interpessoal.” (DUARTE, 2010, p. 135). Evocamo-los por entendermos que apresentam observações muito pertinentes para um processo crítico produtivo no que diz respeito à ligação entre Linguística (e, por extensão, em Linguística Histórica e Pragmática Histórica) e Ensino. Procuraremos repescá-las de algum modo na nossa análise dos resultados e posteriores conclusões.

Ora, tendo em conta, por um lado, as provas de evolução constante dadas pela Linguística Histórica, mais concretamente na sua dimensão que está mais presente no Ensino — a História da Língua —, mostrando aos alunos que a língua é um organismo vivo¹⁵, e, por outro lado, a noção, que também nos parece clara, de que essa evolução não é externa às mudanças da sociedade em que se insere, entendemos que estão feitas as ligações essenciais para o estabelecimento das pontes entre os dois conceitos e o Ensino.

A presença ou não de variação nos paradigmas de segunda pessoa do plural e as observações feitas pelos falantes sobre esta temática ajudar-nos-ão a problematizar o que ficou aqui dito em defesa da relação destes três conceitos e da necessidade de as formas de tratamento terem um lugar importante nas salas de aula portuguesas.

Sobre o género que escolhemos para a constituição do nosso *corpus*, apresentamos apenas algumas palavras de enquadramento, pois que esta escolha se fez somente por necessidade metodológica (ficando, desde logo, aliás, registada como uma das limitações do estudo). Poder-se-ia, com certeza, ter escolhido outro género em que também se previsse a presença de um alocutário plural, como, por exemplo, as

¹² “A Universidade não tem que culpar-se por ter sempre posto em primeiro lugar a sua função essencial que foi, é e tem que continuar a ser a produção do saber e a sua transmissão entendida como componente de uma formação científica básica dos estudantes que a frequentam. E pode juntar a esta função fundamental outras funções relativas à sua dimensão de instituição social (nomeadamente na área da formação profissional), desde que o faça de dentro para fora, por assimilação e crescimento e não de fora para dentro, como mera cedência a pressões do exterior ou como «recurso de sobrevivência». Desde que o faça, em suma, de modo consciente e crítico, conjugando entre si a coerência interna e a projecção externa do saber universitário.” (FONSECA ET AL., 2001, p. 7).

¹³ Recordamos a observação de BARROS (1997) “(...) em contexto escolar, talvez possa ser gratificante para alunos que têm como variedade de pertença variantes diatópicas ou diastráticas desprestigiadas, descobrir que elas detêm uma ou outra forma de ‘prestígio’: histórico, cultural, tradicional, patrimonial. Esta tomada de consciência poderá ter um papel despenalizante e, ao mesmo tempo, motivá-los para o estudo de textos que testemunham estados de língua afastados no tempo.” (BARROS, 1997, p. 91). Sobre variação e mudança ver especialmente Labov (2001).

¹⁴ Remetemos para Stanovich (1986).

¹⁵ “As línguas são mecanismos complexos e fascinantes. Numa dada fase da respectiva aprendizagem, é absolutamente indispensável que aquele que aprende uma língua seja confrontado com a sua complexidade.” (DUARTE, 2011, p. 97)

intervenções dos deputados na Assembleia da República ou até as mensagens de Ano Novo do Presidente da República, habitualmente transmitidas pelo órgão de comunicação social estatal e dirigidas a um destinatário plural: o povo português. Porém, não sendo possível, por questões de tempo, recuperar a totalidade dos dados, optou-se pela seleção dos discursos de tomada de posse por estarem incluídos num contexto de formalidade que também nos interessava analisar.

Recordamos Bronckart (1996) e a ideia de que as produções textuais são sempre a concretização de um abstrato prototípico, e prevemos algumas disparidades entre textos, embora se garanta a arquitetura geral do género, as suas linhas definidoras e intenções¹⁶. Remetendo para Searle (1969), o(s) ato(s) ilocutório(s) primordial(ais) será(ão) o(s) mesmo(s) embora as construções linguísticas na sua base mais codificada sejam, a certa medida (por vezes, bastante variável), idiossincráticas.

Assim, esperamos que um discurso de tomada de posse seja dirigido a um alocutário plural, ainda que a ele não seja expressamente dirigido, ou seja, que não tenhamos marcas linguísticas explícitas da definição do alocutário final da mensagem proferida. No caso, vamos investigar se a definição do alocutário é feita através do paradigma de segunda pessoa do plural ou de terceira do plural (contando já aqui com a possibilidade da expressão nula de sujeito e aparecimento apenas da forma verbal – a que chamamos construções omissivas e que Cintra (1972) designa verbais — deixando os casos em que surgem nominais como “(Os) Senhores”). Não esquecemos que poderemos deparar com a presença desse destinatário plural de uma forma clara, porque convocada no texto – com o uso, por exemplo, de vocativos (“Portugueses, resta lembrar o óbvio.” Marcelo Rebelo de Sousa, 2021), ou de uma forma menos explícita se estivermos perante construções em que linguisticamente retiramos o alocutário final do discurso do momento de elocução (“Durante o meu mandato os Portugueses estão certos de que isso não acontecerá.” Mário Soares, 1986), já que, como refere Barros (2019, p. 195)

a organização global dos textos mantém uma relação de dependência com o estado histórico do tipo de discurso a que pertencem, que é sempre em certa medida fixo, convencional, normalizado que constitui o estilo, o padrão, a norma daquele tipo de discurso, numa dada época. Mas apresenta também singularidades que definem a sua identidade. É nesta dupla direção que o estudo linguístico de textos do passado pode ser importante para analisar práticas discursivas concretas que se revestem de maior ou menor singularidade.

2. Metodologia

Dividimos a nossa metodologia em duas partes. Por um lado, a recolha dos discursos de tomada de posse; por outro, a recolha, por questionário (digital), de observações de falantes quanto à relação entre formas de tratamento e contextos mais ou menos informais e ainda quanto a um maior destaque no ensino dessas estruturas linguísticas nos anos de estudo obrigatórios.

¹⁶ Remetemos também para o texto de Coutinho e Miranda (2009, p. 35-55), onde a oposição entre género “as an abstract category” e o texto “as an empirical object” é também abordada. As autoras defendem que cada género pode ser definido “through an assembly of parameters” e que esses mecanismos funcionam como marcadores desse género, fazendo com que determinado texto seja atribuído a um determinado género (COUTINHO e MIRANDA, 2009, p. 50). Embora notem que, de facto, é impossível uma classificação exaustiva dos géneros, as autoras entendem que a descrição deles não é impossível e pode ser feita com recurso ao “thematic subject, the composition and the style”, presentes na obra de Bakhtin (1984) (BAKHTIN, 1984, p. 265 *apud* COUTINHO e MIRANDA, 2009, p. 36).

Relativamente à recolha dos discursos, esclarecemos que a seleção se deveu, em primeiro lugar, à sempre presente necessidade de delimitação de um *corpus* e, depois, ao facto de entendermos que seria interessante pôr sob foco um género de texto bastante marcado institucionalmente e de cariz indubitavelmente cerimonioso, dada a importância política e social do evento a ele associado. São, assim, alvo de análise todos os discursos de tomada de posse da história da República Portuguesa, de Manuel de Arriaga, em 1911, a Marcelo Rebelo de Sousa, em 2021.¹⁷

No que toca à recolha de observações dos falantes, decidimos aproveitar a oportunidade como estudantes da Universidade do Porto para enviarmos, por e-mail, um formulário a toda a comunidade estudantil desta instituição. O questionário esteve disponível para preenchimento do dia 17-05-2021 ao dia 24-05-2021.

3. Resultados e discussão

3.1 *Os discursos de tomada de posse*

Apresentamos, de seguida, um quadro com as ocorrências que recolhemos nos discursos analisados, deixando em nota, para confirmação, a totalidade das produções¹⁸. Procuramos em cada um deles, ocorrências de *vós*, *vocês*, verbos na segunda pessoa do plural (2PP), verbos na terceira pessoa do plural (3PP) em lugar da normativa segunda pessoa do plural, *vosso(s)* e *vossa(s)*, *seu(s)* e *sua(s)* em lugar do normativo de segunda pessoa do plural, *-vos* (próclise, mesóclise e ênclise) e *-lhes* (próclise, mesóclise e ênclise) também em lugar do normativo uso de 2PP.

Quadro 1 – Resultados da análise dos discursos de tomada de posse

Discurso	Vós	Vocês	V 2PP	V 3PP	vosso(a)/ vossos(as)	seu(s)/ sua(s)	-vos	-lhes
M. Arriaga (1911) ¹⁹	1	-	1	-	1	-	-	-
S. Pais (1918) ²⁰	1	-	3	-	2	-	5	-

¹⁷ Deixamos aqui um agradecimento ao Professor Doutor Jorge Alves, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pela ajuda na confirmação da inexistência de discursos de tomada de posse oficiais (dadas as circunstâncias peculiares da época), em 1926, dos presidentes José Mendes Cabeçadas, Gomes da Costa e Óscar Carmona.

¹⁸ Para facilitar a leitura, não incluímos neste quadro praticamente todos os discursos de tomada de posse nos quais não encontramos nenhuma das ocorrências procuradas — T. Braga (em 1915), B. Machado (em 1915 e em 1925), Canto e Castro (em 1918), O. Carmona (em 1928 e em 1949), A. Tomás (em 1972), Eanes (em 1976) e Soares (em 1986). Mantivemos a referência aos discursos de Spínola (em 1974), Eanes (em 1981) e Soares (em 1991), nos quais também não encontramos ocorrências, pelo interesse nas construções com “perante”.

¹⁹ “E, a *vós*, o tributo inalterável da minha gratidão, por *confiardes* num velho que pouco vale, mas que poderá muito com o *vosso* auxílio”.

²⁰ “A obra Ditoratorial vai ser submetida ao *vosso* esclarecido critério”.

“*Vós* a *judgareis* na mais completa liberdade, e, tenho a certeza, com perfeita imparcialidade.”(...)“Alguns esclarecimentos só quero dar-*vos*, sobre a política de relações.”(...)“Devo ainda dizer-*vos* que estão definitivamente restabelecidas as relações diplomáticas entre Portugal e a Santa Sé, (...)”(...)“Senhores Deputados e Senadores: Pela minha parte posso assegurar-*vos* que outro desejo não tenho de que ver manter-se a harmonia que deve existir entre os diversos poderes do Estado. Por isso aqui venho, Senhores Deputados e Senadores, retribuir-*vos* do fundo do meu coração as saudações que me *fizeste* (sic). Elas são as manifestações do *vosso* empenho de colaborar lealmente com o poder executivo na tarefa grandiosa do ressurgimento da nossa Pátria.”(...)“Tenho a certeza que é com vivo prazer que *vos associareis* à saudação veemente que em nome do todo a povo português dirijo (...)”.

A. J. Almeida (1919) ²¹	-	-	1	-	3	-	-	-
M. T. Gomes (1923) ²²	-	-	-	1	-	-	-	1
O. Carmona (1935) ²³	-	-	2	-	1	-	-	-
O. Carmona (1942) ²⁴	-	-	-	1	-	-	-	-
F. C. Lopes (1951) ²⁵	-	-	-	-	1	-	-	1
A. Tomás (1958) ²⁶	1	-	-	-	-	-	-	-
A. Tomás (1965) ²⁷	1	-	-	-	1	-	-	-
Spínola (1974) ²⁸	-	-	-	-	-	-	-	-
Costa Gomes (1974) ²⁹	-	-	-	-	-	-	1	-
Eanes (1981) ³⁰	-	-	-	-	-	-	-	-
Soares (1991) ³¹	--	-	-	-	-	-	-	-
Sampaio (1996) ³²	1	-	-	-	-	-	-	-
Sampaio (2001) ³³	-	-	-	-	-	-	2	-

²¹ “Só assim poderei dalguma forma merecer a liberalidade com que me **haveis** honrado, elegendo-me, e só dessa maneira (...)” (...) “Só assim corresponderei ao **vosso** mandato (...)”.

“Que a **vossa** benevolência e o **vosso** autorizado conselho não me faltem, Senhores Congressistas”.

²² “Senhores Senadores e Deputados da Nação: Muito **lhes** agradeço a honra que me **fizeram** elegendo-me Presidente da República”.

²³ “Srs. Deputados: agradeço a V. Ex.^a as palavras de saudação que me **dirigistes** e mais sentidamente ainda os votos que **fizestes** para que eu dirija com felicidade neste novo período o Governo do País.” (...) “Eis, Srs. Deputados, no que podem resumir-se os objectivos que desejaria fossem realizados neste segundo período da minha presidência, para o que sei que posso contar com a ajuda da **vossa** colaboração valiosa”.

²⁴ “As palavras de saudação que VV. Ex.as **acabam** de dirigir-me vieram obrigar mais ainda o agradecimento devido à Nação pelo entusiasmo e carinho com que decidi renovar-me o mandato de continuar a presidir aos seus destinos”.

²⁵ “Saúdo em VV. Ex.^{as} os ilustres representantes da Nação e agradeço-**lhes** a bondade das palavras que em **vosso** nome acabam de ser-me dirigidas”.

²⁶ “Srs. Presidentes da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, Srs. Deputados e Dignos Procuradoras: o juramento que perante **vós** prestei nesta soleníssima sessão (...)”.

²⁷ “E finalizo reiterando o juramento que prestei há pouco perante **vós** (...)” (...) “(...) agradecer as palavras gentis e encorajantes que escutei em **vosso** nome (...)”.

²⁸ “Portugueses: Ao ser investido nas funções de Presidente da República por decisão da Junta de Salvação Nacional, sinto-me no dever de me vincular ao ideário do Movimento das Forças Armadas, à luz do qual se cumprirá a tarefa de construção do futuro e por cuja execução assumo, **perante o País**, o mais solene compromisso”.

²⁹ “Deixo-**vos** a certeza de que as forças armadas, militares e militarizadas, se estão integrando rapidamente no espírito novo e vão-se tornando mais aptas a garantir ao governo provisório e ao povo o clima de ordem e liberdade por que ansiamos para nos dedicarmos ao trabalho (...)”.

³⁰ No discurso de 1981, mantêm-se a não produção do pronome pessoal *vós* e as construções na primeira pessoa de plural (“Conseguimos encontrar as bases da estabilidade política, assegurando as condições de alternância e obtendo, pelo menos em relação às questões essenciais, espaços de consenso significativos.”) e terceira do singular (“(...) o Presidente da República, dentro dos limites das suas competências, assegurará o respeito pelas normas (...)). “É neste quadro de esperança e de responsabilidade que assumo, como Presidente de todos os Portugueses, **perante esta Assembleia e perante o País**, (...)”.

³¹ No que diz respeito aos discursos proferidos pelo primeiro presidente não militar eleito no pós-25 de abril, tanto no discurso de 1986 como no do segundo mandato, em 1991, sublinhamos a inexistência de registo de produções de *vós*, tal como sucedeu em relação aos discursos de Eanes. A referência ao povo português é feita não como destinatário direto, alocutário, mas como destinatário indireto, usando-se, para esse efeito, a terceira pessoa do plural: “As minhas primeiras palavras serão para agradecer, com humildade sincera e pleno sentido das minhas responsabilidades, ao povo português, fundamento primeiro e último da soberania nacional, ter-me honrado de novo com a sua confiança - pela forma expressiva como o fez - para continuar a presidir aos destinos da República, nos próximos cinco anos.”. “Proferido o compromisso constitucional de «defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição», **perante a representação nacional**, expressa neste Parlamento, e **perante os altos corpos do Estado**, aqui também reunidos, (...)”.

³² “Quero, hoje, aqui, reafirmar, perante **vós**, com emoção, o orgulho que sinto em ser português e o meu amor a Portugal, que quero servir, com todas as minhas capacidades, honrando o mandato que recebi dos Portugueses.” (...)

³³ “É disso que **vos** falo, agora. (...) Os desafios de que **vos** falei devem ser tomados como metas”.

Cavaco (2006)³⁴	-	-	-	1	-	-	-	-
Cavaco (2011)³⁵	1	-	-	9	5	-	-	-
Marcelo (2016)³⁶	1	-	-	-	-	-	-	-
Marcelo (2021)³⁷	1	-	-	-	-	-	-	-

Relativamente ao Quadro 1, e feitas as devidas ressalvas pela existência de poucas ocorrências, quer de elementos do paradigma *vós* quer de elementos do paradigma *vocês*, entendemos que as observações que nos são possíveis poderão seguir em linha com o que é avançado em Duarte (2011), que recupera a ideia de uma evolução pouco acentuada nas formas de tratamento do século XIX até cerca de 1950: “Nos seus estudos clássicos sobre as «formas de tratamento», Cintra (1972) diz que elas praticamente não evoluíram desde a primeira metade do século XIX até à primeira metade do século XX.” (DUARTE, 2011, p. 94). Veja-se que a partir dos anos 50/60 as ocorrências do paradigma *vós* existem praticamente na construção formalizada *perante vós* (que atrás também sucede, mas que também intercala com *perante os senhores (...)/ perante esta Assembleia*, por exemplo) e no pronome possessivo *vosso* (*vossa/vossos/vossas*), em alguns dos casos produzido com contexto de verbo na terceira pessoa³⁸ (cf. por exemplo os discursos de Cavaco Silva). Contudo, entendemos que, dada a grande limitação do género sob perspectiva e o facto de ele não ser representativo do registo mais comum da língua, não nos é possível definir exatamente que o que vemos nesta tabela é a representação do estádio da língua geral à época, logo não conseguimos perceber exatamente em que ponto se encontrava a produção de elementos de um ou de outro paradigma genericamente; fazemo-lo apenas no que toca à produção em contextos com formalidade alta.

Apesar do que agora acabamos de referir, notamos também que no discurso de Manuel Teixeira Gomes (1923) já está presente uma ocorrência de verbo na terceira pessoa do plural em lugar de uma produção da 2PP e uma ocorrência de *lhes*, ao encontro do que já referia, no livro *Sintaxe Histórica Portuguesa*, Augusto Epiphânio da Silva Dias³⁹. As ocorrências mais recentes, por exemplo, nos discursos de Marcelo, são desencadeadoras de estranheza em alguns falantes. Como argumento a favor de tal consideração podemos evocar o exemplo do caso, de que tivemos conhecimento em direto, em que alguém num órgão de comunicação social registou, no rodapé televisivo, *vocês são* quando a produção do Presidente da República

³⁴ “**Ajudem** Portugal a vencer as dificuldades, é o apelo que nesta ocasião dirijo a todos”.

³⁵ “Assumo perante **vós**, Srs. Deputados, o firme e sincero propósito de colaborar com a Assembleia da República (...)” (...) “Reconheço no **vosso** gesto um sinal de apreço por uma nação soberana de muitos séculos, orgulhosa do seu passado e confiante no seu futuro.” Contudo, mais à frente, deixa a construção na segunda pessoa do plural, e recorre ao imperativo, numa interpelação direta aos jovens do país, com verbos conjugados na terceira pessoa do plural: “Agora, no momento em que tomo posse como Presidente da República, faço um vibrante apelo aos jovens de Portugal: **ajudem** o **vosso** País! **Façam** ouvir a **vossa** voz, este é o **vosso** tempo! **Mostrem** a todos que é possível viver num País mais justo e mais desenvolvido, (...)! **Mostrem** às outras gerações que não **se acomodam** nem **se resignam**! **Sonhem** mais alto, **acreditem** na esperança de um tempo melhor! **Acreditem** em Portugal, porque esta é a **vossa** terra”.

³⁶ “E sê-lo-ia sempre, mesmo que o tê-la votado, o ter acompanhado algumas das suas principais revisões e o tê-la ensinado ao longo de quarenta anos, não responsabilizassem acrescidamente quem acaba de assumir perante **vós** as funções presidenciais”.

³⁷ “Portugueses, resta lembrar o óbvio. Sou o mesmo de há cinco anos. Sou o mesmo de ontem, nos mesmos exatos termos, eleito e reeleito para ser Presidente de todos **vós**, (...)”.

³⁸ Sobre as produções de V3PP+pronome possessivo na 2PP ver as observações (normativas) feitas por Monteiro (2018, p. 121-133).

³⁹ “No Sul do país não costumamos empregar na conversação o plural do pronome da 2.ª pess.; substituímos: a forma *vos* do compl. directo por *os, as*; a forma *vos* do complemento indirecto por *lhes*; a forma *vós* por *vocês*. (...)”. (SILVA DIAS, 1970, p. 73).

tinha sido *vós sois*⁴⁰. O que sucedeu — a opção por parte da pessoa responsável pela escrita do rodapé — resulta, entendemos nós, de essa pessoa ter entendido como mais correta (mais natural, mais normal) a construção na terceira pessoa. Na verdade, nesse mesmo discurso há produções ora na quinta ora na sexta pessoa, pelo que, a incorreção na obrigatoriedade de escrita exata do que tinha sido proferido não é, dizemos nós, tão gravosa como seria se o Presidente da República tivesse, nesse discurso, usado imaculadamente a 2PP. Tanto a pluralidade no discurso como a opção da pessoa responsável pelo rodapé são, cremos, indicadores da indefinição atual relativa aos dois paradigmas. Por outra perspectiva, os discursos de Marcelo, em 2016 e 2021, vêm, em nossa opinião, mostrar que, o “pronomes perdido” (cf. CINTRA (1972) e MONTEIRO (2018)) ainda não se perdeu totalmente, havendo, como estas produções evidenciam, contextos de uso que conservam a forma. Saímos, aqui, em defesa da ideia de que a aceitação por parte dos ouvintes do discurso proferido é mais robusta pela circunstância em que o texto é produzido, isto é, o contexto situacional proporciona um entendimento e aceitação mais sólidos do que geralmente sucede em cenários com menor carga institucional (o que também poderá ter contribuído, por exemplo, para a incorreção no registo que atrás referimos pelo órgão de comunicação, dado que o ambiente em que o Presidente falava naquele caso era menos solene do que uma cerimónia de tomada de posse).

3.2 O questionário enviado aos estudantes da Universidade do Porto

No que diz respeito aos resultados do questionário tivemos a indicação técnica de que o e-mail com a solicitação de participação no estudo foi enviado para potencialmente 35624 pessoas. Obtivemos 544 respostas, ou seja, 1,527%. Dos 544 que responderam, 538 indicaram ser falantes nativos de português (480 de europeu, 56 de brasileiro, 1 de angolano e 1 de moçambicano). Para o estudo que aqui fazemos, escolhemos metodologicamente considerar apenas as respostas dadas por falantes nativos do português europeu⁴¹, pelo que a apresentação de dados que faremos de seguida diz unicamente respeito às respostas dadas por esses informantes. Para facilitar a exposição dos resultados nas tabelas, atribuímos uma letra a cada uma das perguntas que constam do questionário, correspondendo a ordem alfabética à ordem real no formulário.

Perguntas:

- (A) Considera que há na sua língua materna dificuldades na seleção das formas de tratamento? (ou seja, se acha que os falantes sentem dúvidas sobre como se devem dirigir, de uma forma socialmente adequada, a um interlocutor);

⁴⁰ “O Presidente da República lembrou o seu discurso de 2016. ‘Vou dizer o que disse há dois anos aqui em Belém e daqui a dois anos direi o mesmo. Vou dizer uma evidência: *vós sois* os melhores dos melhores. Há dois anos provou-se que éramos os melhores da Europa. O título é *vosso*, nosso, dos portugueses. No meio de *vós* está o melhor do mundo, mas todos *sois* dos melhores do mundo. É essa a realidade. Não peço para trazerem a taça, peço algo mais difícil: que *sejam* o que *são*. Se *forem* o que *são* *são* os melhores dos melhores. Os portugueses serão o que são, apoiantes, admiradores e solidários *convosco*.” Excerto retirado do jornal Público (<https://www.publico.pt/2018/06/06/desporto/noticia/marcelo-volta-a-pedir-aos-jogadores-sejam-os-melhores-dos-melhores-1833511> acesso no dia 03-05-2021 às 15:48).

⁴¹ Optamos metodologicamente por analisar os dados de uma só variedade pela incapacidade temporal de abarcar tudo. Os restantes dados - não utilizados neste trabalho, mas recolhidos por oportunidade logística - serão conservados para eventuais análises posteriores.

- (B) Qual das opções escolheria para se dirigir a um interlocutor plural num contexto MUITO FORMAL? (por exemplo, numa Cerimónia de Estado);
- (C) Qual das opções escolheria para se dirigir a um interlocutor plural num contexto FORMAL? (por exemplo, numa apresentação profissional perante uma plateia de superiores hierárquicos);
- (D) Qual das opções escolheria para se dirigir a um interlocutor plural num contexto INFORMAL? (por exemplo, perante colegas do mesmo curso);
- (E) Considera que este tema - formas de tratamento (O senhor X; A dona X; A senhora dona X; Você; Tu; Vós; Vocês; Os senhores; O excelentíssimo senhor X ...) - deveria ser mais trabalhado nas aulas de ensino obrigatório?

Atentemos, então, nos resultados.⁴²

Tomando a variável idade:

Tabela 1 – Resultados tomando em consideração a variável *idade*

Idade		17-21 (245)	22-26 (139)	27-31 (44)	32-36 (13)	37-41 (17)	42-46 (10)	47-51 (7)	52-56 (4)
A	Sim	71 (30%)	55 (40%)	17 (39%)	8 (62%)	8 (47%)	5 (50%)	3 (43%)	1 (25%)
	Não	88 (36%)	40 (29%)	16 (36%)	4 (31%)	5 (29%)	4 (40%)	3 (43%)	2 (50%)
	Talvez	86 (35%)	44 (32%)	11 (25%)	1 (8%)	4 (24%)	1 (10%)	1 (14%)	1 (25%)
B (muito formal)	Vós sabeis	57 (23%)	24 (17%)	12 (27%)	1 (8%)	2 (12%)	1 (10%)	1 (14%)	-
	Vocês sabem	1 (0%)	2 (1%)	-	1 (8%)	-	-	-	-
	Sabeis	22 (9%)	18 (13%)	4 (9%)	2 (15%)	-	-	-	1 (25%)
	Sabem	4 (2%)	6 (4%)	2 (5%)	-	-	1 (10%)	-	-
	Os senhores	47 (19%)	28 (20%)	10 (23%)	2 (15%)	6 (35%)	3 (30%)	1 (14%)	3 (75%)
	Os senhores e as senhoras/As senhoras e os senhores	114 (47%)	61 (44%)	16 (36%)	7 (54%)	9 (53%)	5 (50%)	5 (71%)	-
C (formal)	Vós sabeis	13 (5%)	9 (6%)	1 (2%)	-	-	-	-	-

⁴² Indicamos apenas resultados que correspondam a juízos de pelo menos 3 falantes. Nas tabelas que apresentamos, os valores percentuais são o resultado de arredondamento à unidade, pelo que, em alguns casos, o valor total não corresponde a 100%.

	Vocês sabem	15 (6%)	6 (4%)	1 (2%)	3 (23%)	1 (6%)	-	-	1 (25%)
	Sabeis	27 (11%)	16 (12%)	3 (7%)	-	1 (6%)	1 (10%)	1 (14%)	-
	Sabem	55 (22%)	29 (21%)	13 (30%)	2 (15%)	3 (18%)	2 (20%)	2 (29%)	-
	Os senhores	51 (21%)	32 (23%)	11 (25%)	4 (31%)	2 (12%)	4 (40%)	2 (29%)	2 (50%)
	Os senhores e as senhoras/As senhoras e os senhores	84 (34%)	47 (34%)	15 (34%)	4 (31%)	10 (59%)	3 (30%)	2 (29%)	1 (25%)
D (informal)	Vós sabeis	3 (1%)	1 (1%)	-	-	-	1 (10%)	-	-
	Vocês sabem	160 (65%)	89 (64%)	28 (64%)	5 (38%)	8 (47%)	7 (70%)	4 (57%)	3 (75%)
	Sabeis	4 (2%)	5 (4%)	3 (7%)	-	2 (12%)	-	-	1 (25%)
	Sabem	78 (32%)	44 (32%)	12 (27%)	7 (54%)	7 (41%)	2 (20%)	3 (43%)	-
	Os senhores	-	-	-	1 (8%)	-	-	-	-
	Os senhores e as senhoras/As senhoras e os senhores	-	-	1 (2%)	-	-	-	-	-
E	Sim	213 (87%)	112 (81%)	35 (80%)	8 (62%)	15 (88%)	9 (90%)	4 (57%)	2 (50%)
	Não	32 (13%)	27 (19%)	9 (20%)	5 (38%)	2 (12%)	1 (10%)	3 (43%)	2 (50%)

Relativamente aos resultados encontrados tomando a variável idade, vemos que em praticamente todos os grupos há a ideia de que há dificuldades na seleção das formas de tratamento. Maioria que se mantém, e é até mais reforçada, na defesa de que o tema deveria ser mais trabalhado nas aulas de ensino obrigatório. Sobre os graus de formalidade, notamos que há consistência na grande parte das respostas dadas. No grau de formalidade “muito formal”, destaca-se a construção *Os senhores e as senhoras/As senhoras e os senhores*, no “formal” as percentagens nessas construções baixam e estendem-se a construções como *Os senhores* e *Sabem* ou *Vocês sabem*, havendo ainda alguma produção, menor, de formas da 2PP.

Olhemos agora sob a perspectiva das habilitações acadêmicas:

Tabela 2 – Resultados tomando em consideração a variável *habilitações acadêmicas*

Habilitações Acadêmicas		Ensino Básico (231)	Licenciatura (149)	Mestrado (94)	Doutoramento (6)
A	Sim	71 (31%)	52 (35%)	44 (47%)	1 (17%)
	Não	79 (34%)	50 (34%)	31 (33%)	3 (50%)
	Talvez	81 (35%)	47 (32%)	19 (20%)	2 (33%)
B (muito formal)	Vós sabeis	52 (23%)	22 (15%)	21 (22%)	3 (50%)
	Vocês sabem	2 (1%)	1 (1%)	1 (1%)	-
	Sabeis	22 (10%)	17 (11%)	8 (9%)	-
	Sabem	5 (2%)	3 (2%)	5 (5%)	-
	Os senhores	43 (19%)	30 (20%)	27 (29%)	1 (17%)
	Os senhores e as senhoras/As senhoras e os senhores	107 (46%)	76 (51%)	32 (34%)	2 (33%)
C (formal)	Vós sabeis	10 (4%)	10 (7%)	3 (3%)	-
	Vocês sabem	11 (5%)	10 (7%)	6 (6%)	-
	Sabeis	28 (12%)	12 (8%)	9 (10%)	-
	Sabem	50 (22%)	29 (19%)	25 (27%)	2 (33%)
	Os senhores	52 (23%)	28 (19%)	28 (30%)	1 (17%)
	Os senhores e as senhoras/As senhoras e os senhores	80 (35%)	60 (40%)	23 (24%)	3 (50%)
D (informal)	Vós sabeis	4 (2%)	1 (1%)	-	-

	Vocês sabem	144 (62%)	96 (64%)	61 (65%)	4 (67%)
	Sabeis	6 (3%)	4 (3%)	5 (5%)	-
	Sabem	77 (33%)	48 (32%)	26 (28%)	2 (33%)
	Os senhores	-	-	1 (1%)	-
	Os senhores e as senhoras/As senhoras e os senhores	-	-	1 (1%)	-
E	Sim	199 (86%)	123 (83%)	73 (78%)	4 (67%)
	Não	32 (14%)	26 (17%)	21 (22%)	2 (33%)

Tomando as habilitações acadêmicas como variável, encontramos resultados muito semelhantes aos acima descritos, o que faz sentido se pensarmos que a evolução na frequência dos ciclos de estudo está, em parte, associada à idade.

Se tomarmos, agora, a divisão entre falantes que selecionaram a opção sexo feminino e falantes que selecionaram a opção masculino temos:

Tabela 3 – Resultados tomando em consideração a variável *sexo*

Sexo		Feminino (315)	Masculino (156)
A	Sim	107 (34%)	58 (37%)
	Não	101 (32%)	61 (39%)
	Talvez	107 (34%)	37 (24%)
B (muito formal)	Vós sabeis	67 (21%)	29 (19%)
	Vocês sabem	-	3 (2%)
	Sabeis	31 (10%)	15 (10%)

	Sabem	8 (3%)	5 (3%)
	Os senhores	54 (17%)	46 (29%)
	Os senhores e as senhoras/ As senhoras e os senhores	155 (49%)	58 (37%)
C (formal)	Vós sabeis	13 (4%)	9 (6%)
	Vocês sabem	13 (4%)	14 (9%)
	Sabeis	30 (10%)	18 (12%)
	Sabem	64 (20%)	41 (26%)
	Os senhores	64 (20%)	43 (28%)
	Os senhores e as senhoras/ As senhoras e os senhores	131 (42%)	31 (20%)
D (informal)	Vós sabeis	3 (1%)	2 (1%)
	Vocês sabem	204 (65%)	98 (63%)
	Sabeis	7 (2%)	8 (5%)
	Sabem	100 (32%)	47 (30%)
	Os senhores	-	1 (1%)
	Os senhores e as senhoras/ As senhoras e os senhores	1 (0%)	-
E	Sim	276 (88%)	117 (75%)
	Não	39 (12%)	39 (25%)

Com a exceção de uma pequena nota (que pode até ser resultado de viés de confirmação da nossa parte), entendemos que não há, tomando a variável sexo em consideração, grandes diferenças a assinalar, já que as percentagens são praticamente as mesmas ou muito próximas. A única reflexão que nos ocorreu que poderia ser curiosa tem que ver com a diferença presente no nível “formal”, contexto no qual o sexo feminino prefere a forma *Os senhores e as senhoras/As senhoras e os senhores* enquanto o sexo masculino prefere a produção que não inclui os elementos linguísticos de marcação do feminino. Como dissemos, poderemos estar a tropeçar no viés pelo conhecimento empírico de que o sexo feminino, porque incluído na formulação de género masculino *Os Senhores*, está mais alerta em relação a esta questão.

Na análise sob a perspectiva diatópica, recolhemos os seguintes resultados:

Tabela 4A – Resultados tomando em consideração a variável *área geográfica*

Área geográfica		Viana do Castelo (17)	Braga (28)	Vila Real (11)	Bragança (5)	Porto (304)	Aveiro (53)	Viseu (10)
A	Sim	9 (53%)	8 (29%)	3 (27%)	1 (20%)	100 (33%)	22 (42%)	4 (40%)
	Não	4 (24%)	13 (46%)	2 (18%)	4 (80%)	108 (36%)	12 (23%)	4 (40%)
	Talvez	4 (24%)	7 (25%)	6 (54%)	-	96 (32%)	19 (36%)	2 (20%)
B (muito formal)	Vós sabeis	3 (18%)	7 (25%)	1 (9%)	2 (40%)	53 (17%)	14 (26%)	2 (20%)
	Vocês sabem	1 (6%)	-	-	-	1 (0%)	-	-
	Sabeis	-	3 (11%)	-	-	34 (11%)	6 (11%)	-
	Sabem	-	-	-	-	9 (3%)	2 (4%)	-
	Os senhores	2 (12%)	8 (29%)	3 (27%)	1 (20%)	64 (21%)	11 (21%)	2 (20%)
	Os senhores e as senhoras/As senhoras e os senhores	11 (65%)	10 (36%)	7 (64%)	2 (40%)	143 (47%)	20 (38%)	6 (60%)
C (formal)	Vós sabeis	1 (6%)	4 (14%)	1 (9%)	1 (20%)	12 (4%)	2 (4%)	2 (20%)
	Vocês sabem	3 (18%)	1 (4%)	1 (9%)	-	19 (6%)	1 (2%)	-

	Sabeis	-	5 (18%)	1 (9%)	-	33 (11%)	5 (9%)	-
	Sabem	2 (12%)	9 (32%)	1 (9%)	-	67 (22%)	11 (21%)	1 (10%)
	Os senhores	3 (18%)	6 (21%)	3 (27%)	1 (20%)	72 (24%)	11 (21%)	1 (10%)
	Os senhores e as senhoras/As senhoras e os senhores	8 (47%)	3 (11%)	4 (36%)	3 (60%)	100 (33%)	23 (43%)	6 (60%)
D (informal)	Vós sabeis	1 (6%)	-	-	-	3 (1%)	-	1 (10%)
	Vocês sabem	11 (65%)	14 (50%)	7 (64%)	2 (40%)	196 (64%)	34 (64%)	5 (50%)
	Sabeis	1 (6%)	2 (7%)	-	2 (40%)	9 (3%)	-	-
	Sabem	3 (18%)	11 (39%)	4 (36%)	1 (20%)	96 (32%)	19 (36%)	4 (40%)
	Os senhores	1 (6%)	-	-	-	-	-	-
	Os senhores e as senhoras/As senhoras e os senhores	-	1 (4%)	-	-	-	-	-
E	Sim	16 (94%)	24 (86%)	10 (91%)	4 (80%)	251 (83%)	47 (89%)	7 (70%)
	Não	1 (6%)	4 (14%)	1 (9%)	1 (20%)	53 (17%)	6 (11%)	3 (30%)

Tabela 4B – Resultados tomando em consideração a variável *área geográfica*

Área geográfica		Guarda (4)	Coimbra (8)	Leiria (8)	Santarém (4)	Lisboa (8)	Setúbal (3)	Açores (5)	Madeira (6)
A	Sim	3 (75%)	4 (50%)	5 (63%)	2 (50%)	1 (13%)	1 (33%)	2 (40%)	1 (17%)
	Não	-	3 (38%)	2 (25%)	2 (50%)	3 (38%)	1 (33%)	1 (20%)	1 (17%)
	Talvez	1 (25%)	1 (13%)	1 (13%)	-	4 (50%)	1 (33%)	2 (40%)	4 (67%)
B (muito formal)	Vós sabeis	1 (25%)	3 (38%)	1 (13%)	1 (25%)	2 (25%)	2 (67%)	4 (80%)	1 (17%)

	Vocês sabem	-	-	1 (13%)	1 (25%)	-	-	-	-
	Sabeis	1 (25%)	-	-	-	1 (13%)	-	-	1 (17%)
	Sabem	-	1 (13%)	-	-	-	-	1 (20%)	-
	Os senhores	-	1 (13%)	4 (50%)	1 (25%)	1 (13%)	-	-	2 (33%)
	Os senhores e as senhoras/As senhoras e os senhores	2 (50%)	3 (38%)	2 (25%)	1 (25%)	4 (50%)	1 (33%)	-	2 (33%)
C (formal)	Vós sabeis	-	-	-	-	-	-	-	-
	Vocês sabem	-	-	-	1 (25%)	-	-	-	1 (17%)
	Sabeis	2 (50%)	-	1 (13%)	-	1 (13%)	-	-	-
	Sabem	-	3 (38%)	3 (38%)	1 (25%)	3 (38%)	-	1 (20%)	3 (50%)
	Os senhores	1 (25%)	-	4 (50%)	2 (50%)	1 (13%)	1 (33%)	2 (40%)	-
	Os senhores e as senhoras/As senhoras e os senhores	1 (25%)	5 (63%)	-	-	3 (38%)	2 (67%)	2 (40%)	2 (33%)
D (informal)	Vós sabeis	-	-	-	-	-	-	-	-
	Vocês sabem	1 (25%)	6 (75%)	4 (50%)	2 (50%)	6 (75%)	3 (100%)	4 (80%)	4 (67%)
	Sabeis	1 (25%)	-	-	-	-	-	-	-
	Sabem	2 (50%)	2 (25%)	4 (50%)	2 (50%)	2 (25%)	-	1 (20%)	2 (33%)
	Os senhores	-	-	-	-	-	-	-	-
	Os senhores e as senhoras/As senhoras e os senhores	-	-	-	-	-	-	-	-

E	Sim	3 (75%)	6 (75%)	5 (63%)	3 (75%)	6 (75%)	2 (67%)	3 (60%)	6 (100%)
	Não	1 (25%)	2 (25%)	3 (38%)	1 (35%)	2 (25%)	1 (33%)	2 (40%)	-

Diatopicamente, notamos que há uma grande dispersão quanto ao juízo sobre se há ou não dificuldades de seleção das formas de tratamento. Pelo contrário, surgem percentagens bastante mais sólidas e claras no que diz respeito à ideia de que este tema deveria ser mais trabalhado nas aulas de ensino obrigatório, o que entendemos ser, de certa forma, uma contradição.

Destacamos também algo que nos pareceu muito curioso: a forma *Vós sabeis* apenas é selecionada como “formal” e “informal” em distritos do Norte, não surgindo quaisquer realizações em zonas do centro, sul e ilhas. Por outro lado, é em registos de distritos do centro, centro-sul e ilhas que ela aparece selecionada para responder ao critério “muito formal”. Entendemos que isto sucede pelo facto de a produção do pronome *vós* ser mais frequente nas variedades do Norte, ou seja, sendo mais natural na produção de registos não formais, acaba por não apresentar para esses falantes uma carga explícita de formalidade. Nas zonas centro, centro-sul e ilhas, a produção *Vós sabeis* acaba por dividir a atenção de seleção dos falantes com a construção *Os senhores e as senhoras/As senhoras e os senhores*, o que não acontece nos distritos da zona Norte, nos quais há prevalência da escolha *Os senhores e as senhoras/As senhoras e os senhores*. Notamos também uma maior aceitação das formas *Vocês sabem* e *Sabem* como formais (“muito formal” e “formal”) nas zonas do centro e centro-sul. Destacamos ainda que, quanto ao confronto entre *Os senhores* e *Os senhores e as senhoras/As senhoras e os senhores*, notamos que há uma menor tendência para a produção da forma que não inclui os elementos linguísticos de marcação do feminino nas zonas do Norte enquanto no centro, centro-sul e ilhas há uma dispersão entre as duas produções.

Genericamente, e recordando a observação em Costa (2008)⁴³, notamos que, de facto, os falantes parecem mostrar sensibilidade para a expressão ou não do sujeito, já que as construções sem sujeito são, genericamente, nos dados que recolhemos, mais associadas a contextos formais do que as produções com sujeito explícito.

Ainda sobre os resultados do questionário, é importante deixarmos duas ou três observações sobre as respostas que obtivemos na última pergunta que fizemos, a única de resposta aberta e também por isso a única opcional.⁴⁴

⁴³ “Um outro aspecto básico da oralidade reside no domínio das formas de tratamento. Tradicionalmente, ensinam-se as diferenças entre pronomes formais e informais (“você” vs “tu”), mas não se explicita que o uso mais formal implica o uso da forma nula do pronome na posição de sujeito. A explicitação das formas pronominais associadas a diferentes funções sintáticas e, em particular, a descrição dos contextos em que um sujeito pode ser nulo possibilitam, assim, a formulação de uma regra simples que permitirá a adequação das diferentes formas pronominais a diferentes contextos discursivos.” (COSTA, 2008, p.164).

⁴⁴ Entendemos que a sua obrigatoriedade poderia comprometer o número de respostas do estudo, já que previmos que alguns participantes pudessem desistir de responder quando deparassem com uma pergunta que lhes exigisse um esforço temporal e mentalmente mais dispendioso.

Por um lado, há falantes que evocam o facto de ser uma área sujeita a grande subjetividade (“parece ser algo tão regional, tão pessoal”, referiu um falante) para que possa haver um ensino normativo adequado a todas as zonas e sensibilidades.⁴⁵

Por outro, uma parte dos falantes evocou preocupações relacionadas com a ideia de que as formas de tratamento agravam as distâncias sociais existentes.⁴⁶ Embora entendamos o que pretendem problematizar, cremos que estão a diminuir a reflexão à questão das divisões sociais, quando as formas de tratamento são muito mais do que isso. Por exemplo, podemos ter alguém de uma camada social alta que se dirige a uma pessoa idosa de uma camada social inferior através da produção “A Senhora”. Aqui o facto determinante na seleção da forma é a diferença de idade e o respeito que daí advém e não a categoria social ocupada pelos interlocutores. Este é apenas um de muitíssimos exemplos que poderiam ser elencados.

Há ainda falantes que abordam as dificuldades sociais inerentes a uma seleção infeliz de uma forma de tratamento: “mal-entendidos”, como refere um dos informantes; havendo casos em que, por exemplo, acabamos por ser corrigidos pelo interlocutor. Ora, estes acontecimentos são referidos por alguns informantes para sustentar a ideia de que a escola poderá desempenhar um papel importante na consciencialização da multiplicidade de opções existentes na língua para o estabelecimento de contacto com um interlocutor⁴⁷. Apesar disto, há também falantes que entendem que “é algo que acaba por ser adquirido pelas pessoas ao longo das suas vidas através de interação com outras pessoas”, que é no dia-a-dia que se devem adquirir estas competências, e não no contexto escolar. Alguns referem que é no contexto familiar que se adquirem estas ferramentas, pelo que não é necessário que sejam abordadas na escola. Todavia não refletem sobre as diferenças sociais posteriores que daí poderão advir – como os constrangimentos sociais em determinadas interações (por exemplo, profissionais) por desconhecimento das tipologias usadas.

Considerações finais

1.

Apesar da inexistência de dados substanciais no *corpus* considerado e do facto de este ser extremamente delimitado (no caso, a um grau de formalidade elevado), e, por isso, tenhamos de ser comedidos, parece-nos razoável que possamos de alguma maneira partilhar da ideia avançada em Cintra (1972), e reforçada em Duarte (2011), de que a mudança de paradigma começa a ser notória nos anos 50/60,

⁴⁵ Nesta linha, destacamos um comentário que consideramos curioso: “as pessoas já têm uma ideia do que devem dizer, além de que varia de pessoa para pessoa como gosta de ser tratada. portanto, num contexto novo, usa-se o mais ‘normal’ e corrige-se se alguém comentar que prefere ser tratado de outra forma.” Seria caso, então, para perguntar a este informante: O que é o “normal”? Quem lhe disse que era o “normal”?

⁴⁶ Um informante chegou a sugerir que fossem extintas (!): “Pois essas formalidades representam uma hierarquização social, algo que só reforça as diferenças de classe e por mim, deveriam ser extintas.”

⁴⁷ Neste contexto, recordamos as palavras de Barros (1997): “O professor poderá equacionar o caso do seguinte modo: o aluno (qualquer aluno) terá todo o interesse, particularmente em situação formal, em produzir uma variedade que se aproxime da norma-padrão. Tem que adquirir variáveis de prestígio, uma vez que disso depende também a eficácia do seu uso da língua. A escola tem que transmitir o ‘valor’ das variáveis prestigiadas, como forma de promoção social. Deverá, no entanto, ser feita simultaneamente uma tentativa de despenalização: as variáveis que se afastam da realização padrão podem não ser classificadas genericamente como inadequações, mas como diferenças. (...) Os falantes têm vantagens no domínio da norma mais prestigiada e na aprendizagem da adequação do seu discurso às situações, particularmente em interações fortemente estruturadas por restrições sociais.” (BARROS, 1997, p. 97).

pelo facto de constatarmos nessa altura um surgimento de elementos do paradigma *vocês* e o enfraquecimento de uso claro dos do paradigma *vós*; ainda que seja inequivocamente necessário, referimo-lo já acima, estender a análise a outros textos para podermos mais solidamente discutir e argumentar adequadamente a favor dessa tese.

Entendemos ainda que a estranheza notada atualmente por alguns falantes nativos - de que demos um exemplo caricato – reforça a percepção da variação/ mudança em curso: embora haja ainda ocorrências do uso de *vós* (conservação, entendemos nós, ditada aqui pelo carácter mais formal do texto em análise), é possível notar um enfraquecimento da sua presença explícita. Não obstante, temos de notar também a inexistência de produções explícitas de *vocês*, o que mostra alguma resistência a esta realização nestes contextos. Há de facto uma variação que não está concluída nem está a ser concretizada numa resolução singular: o pronome *vós* ora é substituído por nominais (por exemplo, *Os Senhores*) seguidos de verbo na terceira pessoa ora é remetido a expressão nula de sujeito, igualmente seguido de verbo na terceira pessoa. No que toca à produção dos possessivos, parece haver tendência para um resultado híbrido com a manutenção de elementos do paradigma *vós* ligada a produções com os verbos na terceira do plural. No que diz respeito à posição de complemento indireto, entendemos que a escassez de ocorrências não permite que avancemos com grandes considerações: há mais registos de *-vos* do que de *-lhes*, mas muitos dos elementos do paradigma *vós* acontecem em textos mais antigos.

Dadas as mudanças sociais inevitáveis, como lembra Gouveia (2008), não nos espantaremos se as formas nominais e verbais do paradigma *vós* (associadas, como vimos nas respostas dos falantes, a contextos mais formais) vierem a ser cada vez menos empregadas em contextos formais (se bem que até possa ainda fazer-se uma leitura sob outra perspetiva: dirimindo-se a formalidade dos contextos, o paradigma usado em formalidade deixa de ter tanta razão para existir). Na mesma linha de raciocínio, não estranharemos um cada vez mais claro uso de *vocês* em contextos já com alguma formalidade, ainda que o recurso a nominais de tipo *Os senhores* e *Os senhores e as senhoras/ As senhoras e os senhores* e a verbais (sujeito nulo) sejam ainda as realizações mais aceites. Ambas as considerações assentam também nas observações expressas pelos informantes.

Olhando os resultados do questionário, consideramos que o facto de a maioria dos falantes nativos de português europeu entender que as formas de tratamento deveriam fazer mais claramente parte do ensino obrigatório vai ao encontro das observações que fizemos no enquadramento deste trabalho: de facto, apesar de muitos falantes não se mostrarem certos quanto às dificuldades da seleção das formas de tratamento, e de alguns até não partilharem da ideia, a maioria considera que deverá ser um tema a ser mais abordado, o que nos leva a acreditar numa sensibilidade para o papel da escola na consciencialização geral e igualitária para todos.⁴⁸

Vimos que a idade, as habilitações académicas e o sexo indicados não se mostraram consideravelmente relevantes numa distinção de leituras: os resultados mostraram-se relativamente semelhantes, pelo que registamos essa congruência.

⁴⁸ “A escola na própria medida em que tem de assumir um papel normativo e nivelador (exercendo a sua atividade normativa, tendencialmente uniformizadora, favorecendo a assimilação de padrões de conduta) dessas fracturas, não poderá ignorá-las, sob pena de esconder a realidade multifacetada da língua.” (BARROS, 1997, p. 95-96).

Diatopicamente, assinalamos algumas disparidades entre as regiões do grupo norte e as do grupo centro, centro-sul e ilhas: maior formalidade associada a *Os senhores e as senhoras/ As senhoras e os senhores* do que a realizações na 2PP no primeiro grupo, e uma partilha na aceitação de formalidade nessas construções e nas formas da terceira pessoa no caso do segundo grupo.

2.

Das análises feitas aos dois processos que levamos a cabo, e procurando o estabelecimento das pontes de que falamos na parte inicial do trabalho, entendemos que tanto o que encontramos na análise dos discursos como o que obtivemos no questionário são indícios da complexidade existente, para a qual os falantes poderão estar de sobreaviso (mais informados sobre as questões inerentes a esta variação, sejam as sociais/situacionais sejam as históricas) caso esta seja uma temática abordada no contexto do ensino obrigatório. Se houver, no Ensino, uma apresentação clara, concisa e, com certeza, adequada dos paradigmas e referência às variações diacrónica e sincrónica (situacional) envolvidas, os estudantes terão menos probabilidade de cair em situações em que vejam a sua produção linguística ser considerada desprestigiada. Salvaguardando a sua face, de forma consciente, serão cidadãos mais iguais, verdadeiramente mais livres (um dos basilares desígnios da Educação⁴⁹). Desse esclarecimento hão de partir para selecionarem uma ou outra forma e daí resultará a evolução linguística inelutável.

Terminamos com uma afirmação um pouco menos estritamente linguística, contudo enquadrada, como reforço, no que ficou dito acima: não temos dúvidas de que deve haver sempre, no ensino obrigatório, tempo para tarefas que permitam uma correção séria e eficaz de desigualdades de partida. Como refere Barros (1997): “(...) E o ensino da língua materna deve estar no centro de toda a acção tendente a anular a desigualdade.” (BARROS, 1997, p. 98). A consciência pragmática do Eu e do Outro deverá, pois, ser um dos pontos a trabalhar.

⁴⁹ Sobre a importância da Educação para Igualdade, para a Liberdade, ver, entre muitos outros, Fonseca (1992, p. 223-251).

Referências bibliográficas

- AGUIAR, Joana; PAIVA, Maria da Conceição. Vocês tenham cuidado, sois educadas para isso. Second person pronouns in Braga speech. In: Pilar P. Barbosa, Maria da Conceição de Paiva, Celeste Rodrigues. **Studies on variation in Portuguese**. Amsterdam: John Benjamins, p. 136-152, 2017.
- BAKHTIN, Michail. **Rabelais and his world**. Trans. Helene Iswolsky. Bloomington, Indiana University Press, 1984. Citado por Coutinho e Miranda (2009)
- BARROS, Clara. História da Língua. Ensino da Língua. **Revista da Faculdade de Letras «Línguas e Literaturas» Porto XIV**. pp. 81-98, 1997.
- BARROS, Clara. Pragmática histórica: perspectivas de alargamento da metodologia de análise de textos medievais In: **Actas do Encontro Comemorativo dos 25 anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto**, vol.1, pp. 131-139, 2002.
- BARROS, Clara. Pragmática histórica e construção histórica do discurso: análise de alguns aspetos do funcionamento textual-discursivo do português medieval. In: **Estudos de linguística histórica: mudança e standardização**. Coleção: Investigação pp. 329-352, 2019.
- BENVENISTE, Émile. 1966. “De la subjectivité dans le langage” In: **Problèmes de linguistique générale I**, Paris, Gallimard, O Homem na linguagem (tradução portuguesa Maria Alzira Seixo), Lisboa, Vega Editora. (1986)
- BREUER, Heinz. Titel und Anrede bei Shakespeare und in der Shakespeare-Zeit. **Anglia** 101.1/2: 49-77, 1983. Citado por Jacobs e Jucker (1995)
- CARREIRA, Maria Helena. Les formes d’allocution du portugais européen : valeurs et fonctionnements discursifs. **Franco-British Studies**, 35-45, 2004. (também no sítio do Instituto Cervantes de Paris. Acesso em 02 fev. 2020.)
- CASTRO, Ivo. et al. **Curso de história da língua portuguesa**. Lisboa: Universidade Aberta, 1991 Citado por Mattos e Silva (2008)
- CINTRA, Luis Filipe Lindley. **Sobre formas de tratamento na língua portuguesa**. Lisboa: Livros Horizontes, 1972.
- COSERIU, Eugenio. **Introducción a la Lingüística**. Gredos: Madrid, 1986.
- COSTA, João. A gramática na sala de aula. In Reis, C. (Ed.), **Actas, Conferência Internacional sobre o Ensino do Português**. Lisboa : DGIDC, 149-165, 2008.
- COUTINHO, Maria Antónia; MIRANDA, F. 2009. To describe textual genres: problems and strategies. In: Charles Bazerman, Débora Figueiredo & Adair Bonini (orgs.) **Genre in a Changing World. Perspectives on Writing**. Fort Collins, Colorado: The WAC Clearinghouse and Parlor Press, pp. 35-55, 2009.
- DUARTE, Isabel Margarida. Formas de Tratamento: item gramatical no ensino de Português Língua Materna In: Brito, A. M. (org.). **Gramática: história, teoria, aplicações**. Porto. p.133-146, 2010.
- DUARTE, Isabel Margarida. Formas de tratamento em português: entre léxico e discurso. In: **Matraga**. Vol. 18, nº 28, Rio de Janeiro, UERJ, 2011, pp. 84-101, 2011.
- FONSECA, Fernanda Irene. A urgência de uma pedagogia da escrita. In: **Mathesis** vol. 1 Lisboa: Universidade Católica Portuguesa -Faculdade de Letras. p. 223-251, 1992.
- FONSECA, Fernanda Irene. A Linguística aplicada ou a Linguística aplicável In Fonseca, F. I. et al.

- (orgs.) **A Linguística na Formação do Professor de Português**. Porto: CLUP, p. 15-26, 2001.
- FONSECA, Joaquim. **Pragmática Linguística, Introdução, Teoria e Descrição do Português**. Porto: Porto Editora, 1994.
- FOUCAULT, Michael. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. [1972].
- FINKENSTAED, Thomas. You and thou. **Studien zur Anrede im Englischen**. Berlin: Mouton, 1963. Citado por Jacobs e Jucker (1995)
- GOUVEIA Carlos A. M. As dimensões da mudança no uso das formas de tratamento em Português Europeu. In Oliveira, F. e Duarte, I. M. **O fascínio da Linguagem – actas do Colóquio de homenagem a Fernanda Irene Fonseca**. Porto: Centro de Linguística da Universidade do Porto, p. 91-99, 2008.
- JACOBS, Andreas ; JUCKER Andreas H. The historical perspective in pragmatics. In: Andreas H. Jucker (ed.). **Historical Pragmatics**. Pragmatics Developments in the History of English. Amsterdam: Benjamins, 1-33, 1995.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **L'énonciation** – De la subjectivité dans le langage, Paris, Armand Colin, 1997 - La enunciación de la subjetividad en el lenguaje (traduzido por Gladys Anfora e Emma Gregores)
- KRISTEVA, Julia. **História da Linguagem**. Lisboa: Edições 70, 1969.
- LABOV, William. Building on empirical foundations. In: W. Lehmann; Y. Malkiel (Eds.). **Perspectives in Historical Linguistics**. Amsterdam: John Benjamins, 17-82, 1982.
- LABOV, William. **Principles of Linguistic Change: Social Factors**, Oxford: Blackwell, 2001.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Sobre a mudança linguística: uma revisão histórica. **Boletim de Filologia**, Lisboa, v. XXVI, p. 83-92, 1981.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Teorias da mudança linguística e a sua relação com a(s) história(s) da língua(s). **Linguística - Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto**, Porto, v. 3, p. 39-53, 2008.
- MONTEIRO, Manuel. **Por amor à língua contra a linguagem que por aí circula**. Lisboa: Objectiva, 2018.
- PAIVA, Maria Helena. Para conceber a língua na sua plasticidade: o contributo da História da Língua Portuguesa. In: Fonseca et al. (orgs.) **A Linguística na Formação do Professor de Português**. Porto: CLUP, 2001.
- PINTO, Maria Graça Castro. **A escrita. O papel da universidade na sua otimização**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014.
- SAUSSURE, Ferdinand. **Cours de Linguistique Générale**. 26ª ed. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix. 1995 [1916].
- SILVA DIAS, Epiphânio. **Syntaxe Historica Portuguesa**. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1970. [1916].
- SILVA NETO, Serafim da. **História da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1976. Citado por Mattos e Silva (2008)

STANOVICH, Keith. Mathew effects in Reading: Some consequences of individual differences in the acquisition of literacy. **Reading Research Quarterly**. 22, 360-407, 1968.

Links

<https://dados.gov.pt/pt/datasets/distritos-de-portugal>.

<https://debates.parlamento.pt/>.

Anexos

Formulário:

- (1) Idade;
- (2) Habilitações Académicas;
- (3) Sexo;
- (4) Área geográfica em que viveu durante mais tempo até aos 18 anos;
- (5) Indique, por favor, a sua Língua Materna (língua que se fala em torno de uma criança durante os primeiros anos de vida e através da qual ela adquire o uso da língua - (Mateus e Villalva, 2007));
- (6) Considera que há na sua língua materna dificuldades na seleção das formas de tratamento? (ou seja, se acha que os falantes sentem dúvidas sobre como se devem dirigir, de uma forma socialmente adequada, a um interlocutor);
- (7) Qual das opções escolheria para se dirigir a um interlocutor plural num contexto MUITO FORMAL? (por exemplo, numa Cerimónia de Estado);
- (8) Qual das opções escolheria para se dirigir a um interlocutor plural num contexto FORMAL? (por exemplo, numa apresentação profissional perante uma plateia de superiores hierárquicos);
- (9) Qual das opções escolheria para se dirigir a um interlocutor plural num contexto INFORMAL? (por exemplo, perante colegas do mesmo curso);
- (10) Considera que este tema - formas de tratamento (O senhor X; A dona X; A senhora dona X; Você; Tu; Vós; Vocês; Os senhores; O excelentíssimo senhor X ...) - deveria ser mais trabalhado nas aulas de ensino obrigatório?;
- (11) Porquê? (*única pergunta facultativa*);